

RUBBO, Deni Alfaro. *O Labirinto Periférico: Aventuras de Mariátegui na América Latina*. São Paulo; Autonomia Literária, 2021.

Virginia BELINOT<sup>1</sup>

A primeira pergunta que nos vêm à mente ao terminar a leitura desse livro é “o que somos se não o legado que deixamos?”. O livro de Deni Alfaro Rubbo *O Labirinto Periférico: Aventuras de Mariátegui na América Latina*, lançado em 2021, tem o intuito de traçar o percurso da recepção dos escritos de José Carlos Mariátegui por intelectuais que o seguiram. Para isso, o autor separa o livro em três partes, entre capítulos e subcapítulos. O livro conta também com um prefácio de Michael Löwy (intelectual que também tem um dos capítulos do livro dedicado a seus escritos), uma apresentação de Ruy Braga e um epílogo de Miguel Mazzeo.

O livro é uma redução da tese de doutorado defendida por Rubbo em 2018, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. O que o motivou, segundo ele, foi considerar que falta na academia uma atenção aos escritos de Mariátegui vistos através de seus receptores. Segundo o autor, houve um *boom* dos estudos mariateguianos, mas não tanto em comparação com outros autores considerados clássicos. Por isso, Mariátegui seguiria pouco conhecido nas Ciências Sociais. Quando seu trabalho é mencionado, geralmente é taxado como “marxismo latino-americano”, que não pode ser aplicado em outros cenários. Desse modo, o autor é relegado ao local. Isso é reflexo de um mundo que não abraça os estudos marxistas da periferia, tendo como guia apenas o marxismo “clássico” e “ocidental”. Sendo assim, o livro persegue dois objetivos: apresentar Mariátegui para além do local e mostrar seu impacto nas Ciências Sociais.



Um diferencial desse livro é dar foco não aos escritos de Mariátegui, mas sim às reverberações pós-morte que suas ideias causaram. A análise da recepção de seus escritos no Peru, no Brasil, na América Latina, e até na Europa. Ou seja, o interesse do estudo está no legado do autor, em “ressaltar os sentidos do mariateguismo criados por leitores de Mariátegui” (p. 40). Mas

considero que ele vai além de analisar as teorias dos autores escolhidos: na verdade a intenção é entender a relação entre as ideias e seus intelectuais. Por isso, o livro possui um caráter algo biográfico, jornalístico, por entender que além do contexto e influências intelectuais, o pessoal, a vida e as lutas também influenciam os intelectuais. Influenciam também na maneira como esses autores leram, interpretaram e se apropriaram da obra de Mariátegui fugindo da dicotomia tradicional “texto *versus* contexto”. Então, a pergunta que o autor faz é “como, para quê e em quais condições interpretaram Mariátegui?” (p. 42).

Um dos pontos altos do livro, destacado também por Ruy Braga, é a preocupação em trabalhar a dialética entre o local, o nacional e o internacional. Desse modo, estudando a transnacionalização de ideias, ao examinar o lugar de origem das ideias e suas viagens até os receptores. Também demonstrando o poder da influência de Mariátegui, que perpassa todos os movimentos intelectuais mais à esquerda na América Latina.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência Política no PPGCP\Unirio e Bacharel em Relações Internacionais pela UFF.

Dentre muitos intelectuais possíveis, Rubbo escolhe dar destaque a três: Florestan Fernandes (1920-1995), Aníbal Quijano (1930-2018) e Michael Löwy (1938-). A preferência por esses pensadores se deu pelo entendimento do autor de que eles são os principais difusores do pensamento mariateguiano, o que os credencia como “referenciais indispensáveis nos estudos mariateguianos” (p. 53). Fica abundantemente claro que o trabalho bibliográfico de Rubbo é extenso e muito bem-feito, conseguindo dosar o foco entre autores, suas vidas e suas ideias.

Na Parte I. “Imagens Heterogêneas: difusão e circulação do pensamento mariateguiano na América Latina e Europa”, Rubbo busca recapitular as primeiras reflexões dos escritos de Mariátegui após a sua morte e os caminhos que os levam até os autores, que serão explorados nas próximas partes. A revolução cubana e os governos militares que se espalharam pelo continente são fatores que influenciaram esses estudos. Mas antes disso, logo após a sua morte, Mariátegui foi renegado em seu país, e o “mariateguismo” tinha uma conotação negativa.

Porém, mais tarde foi retomado. De pária, Mariátegui se torna a “voz do povo peruano”, reconhecido como um dos fundadores do pensamento peruano. Só que, assim como nomes como Marx e Lênin, há um “endeusamento” da figura de Mariátegui. Acredita-se que, de alguma maneira, de seus escritos saíam as soluções para todos os problemas peruanos. Mas análises enviesadas também surgem, e Mariátegui passou a ser uma ferramenta, despido de seu ativismo e jogado a uma posição de mero “texto”. A “nova esquerda” repetia assim os mesmos erros da esquerda clássica, ignorando as peculiaridades de cada questão, seguindo fielmente textos agora considerados “canônicos” sem a reflexão necessária. Em consequência, lendo o autor na década de 1970 como se aquela conjuntura fosse igual à de Mariátegui nos anos 1920. Mariátegui também foi usado pelo governo de Velasco Alvarado (1968-1975), que se intitulava revolucionário e lançava mão do agora “herói” nacional para implantar os seus interesses.

Quijano, que buscava desmitificar o autor, acabou também caindo nessas tentações de mobilizá-lo para seus interesses, usando seus trabalhos sobre Mariátegui para travar suas batalhas contra a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), o nacionalismo, o velasquismo, o leninismo, o trotskismo, entre outros. Porém, mais tarde, depois da mudança no debate das esquerdas e de novas ênfases postas agora na crítica à modernidade e ao eurocentrismo, Quijano passou a ter uma nova visão sobre os estudos mariateguianos. A partir daí, ele passa a entendê-lo como o “arquiteto da América Latina”, capaz de ajudar na descolonização epistemológica.

A Parte II, intitulada “As aventuras de Mariátegui no Brasil: contexto e trajetória de uma recepção tardia”, faz exatamente o que o nome promete: contextualiza a chegada de Mariátegui no Brasil. A menção ao caráter “tardio” se conecta com um debate muito mais amplo sobre o pertencimento do Brasil à América Latina, e é assim que o autor começa seu capítulo. Com o avanço do entendimento do país como latino-americano (pertencimento este, porém, que até hoje se mostra frágil nos brasileiros), Mariátegui vai sendo introduzido à realidade brasileira. Mas isto se dá principalmente num ambiente não tão acadêmico, afinal a intelectualidade brasileira ainda era muito conectada com a europeia.

Mas, curiosamente, a ditadura militar que se inicia em 1964 acabou sendo um marco que levou a alguns avanços nesta direção que considero positiva para as Ciências Sociais brasileiras. O exílio de muitos intelectuais em outros países latino-americanos favoreceu a transnacionalização de várias ideias, incluindo as de Mariátegui. Rubbo descreve então as conexões entre nosso autor e as teorias dependentistas, contato muitas vezes proporcionado pelos escritos do próprio Quijano. Mesmo assim, os teóricos dependentistas, e a esquerda brasileira como um todo, ainda seguiram dando preferência a debates de autores e correntes europeias. Mariátegui se torna um “marxismo alternativo”, extraoficial, desconectado de nomes clássicos como Antonio Gramsci, Karl Marx e Rosa Luxemburgo.

Na Parte III “Leitores e Leituras de Mariátegui: Florestan Fernandes e Michael Löwy”, o autor começa pelo sociólogo paulistano Florestan Fernandes, e entende que o autor é, de todos os brasileiros mencionados, o mais envolvido com Mariátegui. Rubbo segue então traçando a importância de Florestan para as Ciências Sociais no Brasil e no âmbito transnacional. Sempre ligado de alguma maneira ao marxismo, ele buscava associar Marx às Ciências Sociais modernas, especialmente no começo de sua carreira. Neste capítulo, possivelmente pode se ver o maior trabalho socio-biográfico de Rubbo, porque há riqueza de detalhes sobre a vida, conexões e trabalhos de Florestan.

Fica claro que Florestan foi um importante divulgador do peruano no Brasil. Mas, para além disso, seu mariateguismo era crítico e independente, pois não estava preso a amarras da tradição peruana, e teria sido capaz de “romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o eurocentrismo” (p. 333). Além de recepcionar Mariátegui no Brasil, Florestan o elevou a uma posição de referência indispensável para o socialismo latino-americano.

Por fim, as contribuições sobre Löwy começam exaltando o autor por sua transnacionalidade, segundo Rubbo não alcançada por nenhum outro intelectual brasileiro. Por isso, é também um grande difusor de Mariátegui no Brasil. Löwy se regozija nas teorias de Mariátegui que excluem a possibilidade de uma revolução com ajuda da burguesia, abandonando o evolucionismo e a subordinação a teorias “etapistas” da tradição dominante do movimento comunista internacional. Depois, se entregando ao romantismo, defende uma “utopia marxista”. Rubbo aponta quatro eixos de interpretação de Löwy: (1) “renovação do marxismo universal e afinidades eletivas com autores do marxismo ‘ocidental’”; (2) e (3) “Uma interpretação do Marxismo que leva em conta a dimensão espiritual e ética do combate revolucionário”; (4) “As análises sobre a formação social peruana como ponto de partida às tradições comunitárias do campesinato indígena”. Nessas análises, Rubbo aponta a conexão de Löwy com o romantismo revolucionário, com a ideia do mito, com os significados de romantismo, e com a possibilidade de pensar de diferentes maneiras o capitalismo periférico e a conexão com o comunismo inca.

A conclusão do livro, além de retomar pontos vitais no debate traçado, relembra a importância dos intelectuais analisados, entendendo que não é possível pensar Mariátegui sem levar em consideração esse seu legado de viagens transnacionais de seu pensamento. Se Rubbo entende a trajetória do pensamento de Mariátegui como um labirinto com muitos caminhos e interseções, esse livro pode se apresentar então como um fio de Ariadne capaz de nos conduzir através da história de seu legado.